

A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA ESCOLA WAKÔMEKWA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS¹

INTERCULTURAL EDUCATION AT THE WAKÔMEKWA SCHOOL: PERSPECTIVES AND CHALLENGES

**ROWAHTUZE SIWAZARSNĀ ROWAHTUZEM WAKÔMEKWA WAMHĀ:
ROMKMĀDĀ WASISSÕ WAMHĀ KĀTÕ ROMKMĀDĀ KMĀWAHEMBA²**

Edimar Srênõkrã Calixto Xerente

Aluno do Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Tocantins (UFT),
Câmpus de Palmas, pertencente ao povo Akwê-Xerente
edimarxerente@uft.edu.br

Karylleila dos Santos Andrade

Professora do Curso de Teatro e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína e de Porto Nacional
karylleila@gmail.com

Resumo: *Este relato de experiência compreende um estudo sobre os desafios e as perspectivas da educação intercultural na escola Wakômekwa, aldeia Riozinho Kakumhu, povo Akwê. Nossa proposta é apresentar um panorama da Educação Intercultural no Brasil e um esboço da Educação Indígena, em especial, a do estado do Tocantins. É nosso desejo que futuramente o resultado deste trabalho possa auxiliar essa escola indígena em seu fortalecimento cultural e identitário, como também promover ações na comunidade a fim de que o Povo Xerente continue a lutar pela valorização, preservação e garantia de seus direitos à educação na aldeia.*

Palavras-chave: *Interculturalidade; Educação; Indígena; Akwê-Xerente.*

Abstract: *This report includes a study on the challenges and the perspectives of intercultural education in Wakômekwa school, village Riozinho Kakumhu, Akwê people. Our proposal is to present a panorama of Intercultural education in Brazil and a sketch of Indigenous Education, in particular, in the State of Tocantins. It is our wish that in the future the result of this work can assist this indigenous school in its cultural and identity empowerment, as well as to promote actions in the community so that the Xerente people will continue to fight for the appreciation, preservation and guarantee their rights education in the village.*

Keywords: *Interculturality; Education; Indigenous; Akwê-Xerente*

Kbure Rêsula Wamhã Waskuze: *Kãhã hêsuka itkuikre tō kmã inipi tō ipke toisnã wat kmãnã, aimõ krikahã zawre wa hêsuka zanãrm zeprwa it kwani tō sikudabã snã aimõ ro it waihu kãtõ siwakrãmsnã pibumã, ktãwankõ tẽ kãtõ Akwê tẽ, Akwê tẽ kãtõ ktãwankõ tẽ, tãnme mhã kri rowahtuzem wakômekwa wamhã romkmãdã wat samõr waihu pibumã, sitme sikwasdid me kãtõ sitme sikwasdi nipte psẽ pibumã, isimã it smistu tō, rom kupti nãhã, rom kumto kãtõ dasipsẽ nãhã. Wanõri kmãwazapa tō watai waihãkwa kãtõ tãkãhã inipi nmãnã tãnme hêsuka zanãmr zembr wa dasakrui kakumhu wamhã taiwaihã kba pibumã kmã wazapa hã, hêsuka zanãmr kwai nõraimã kãtõ rowahtu kwai nõri. Kãne da wat aimõ kri si kwani mãra, awe, aptkã kãtõ tō ptãbã wat aimõ isikwani itai waihã kba pibumã, tanenme wanim romkmãdkã nã waniptẽ kwaba kãtõ wahẽprepa kba mõnõ, are dure wat krsawi kba mõnõ, are ktãwankõ tẽ mã ro pibui psên.*

Damrme-kmãtteze: *Rowahtuze; Siwazarsnã; Akwê- Xerente.*

¹ Artigo resultado do Trabalho de Conclusão de Curso.

² O título do artigo está traduzido em duas línguas: Inglês e Akwê. Ademais, todos os subtítulos estão em português e Akwê.

Minhas memórias³

Ĩkrāwamhã ĩnim romwasku

Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.

Boaventura de Souza Santos.

Wasikwani kwaba tō dasiwamsi wamhuire
snã da aimõwi mhã tēwa wamtire kune wi:
Wasikwani kwaba wasiwamsi da tō
wamhuire snã dat kwa kmãdka kune mnõwa

O meu interesse em trabalhar a questão indígena surgiu a partir de duas disciplinas do 3º período, do curso de Licenciatura em Teatro, da Universidade Federal do Tocantins: Antropologia Cultural e Matrizes Culturais da Amazônia. As aulas me proporcionaram uma visão diferente, como também, uma vontade de fazer uma pesquisa nas escolas indígenas, trocando experiências com a universidade. Mas eu não sabia como fazer! E nem imaginava as dificuldades que eu enfrentaria pela frente, como os estágios e as demais disciplinas.

O estágio e a universidade, juntamente com o(a)s professores(as), me possibilitaram a oportunidade de fazer uma pesquisa e trocar experiências nas escolas Wakōmekwa, Caroline Campelo e Colégio Militar. A primeira localizada na Aldeia Riozinho Kakumhu, município de Tocantínia, e as outras localizadas no município de Palmas. Nessas escolas, eu tive muitas experiências. No meu primeiro estágio, a minha professora orientadora me fez a proposta de realizar o estágio na aldeia, e eu aceitei o desafio. Durante o processo de estágio na escola Wakōmekwa, eu me lembrei dos momentos difíceis e dos momentos gratificantes que passei dentro dela. O aprendizado naquela escola me permitiu sair e entrar na UFT. Agora, como futuro professor, eu retorno, mais uma vez, à escola com vontade de ajudar o meu povo. Então, eu posso falar de um outro lugar sobre a escola Wakōmekwa, de como é a realidade nas aldeias, das diferenças da educação escolar indígena para educação da cidade.

O motivo maior deste meu trabalho é a minha comunidade e a minha família. São eles que me dão força nos momentos difíceis. Um outro motivo são as crianças que também me fazem levantar todos os dias, pois eu penso na melhoria desses futuros acadêmicos indígenas e futuros educadores indígenas. Meu sonho é ajudar no crescimento da escola, para que no futuro ela possa servir de modelo para outras escolas na reserva Xerente. Também penso em ajudar a formar alunos competentes e persistentes no conhecimento, preservando a cultura e valorizando o direito do nosso povo.

Espero poder contribuir no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos e dos professores da escola indígena, fortalecer a escola com bons projetos entre as aldeias e as universidades. Além disso, penso, cada vez mais, em convidar as universidades para conhecer a realidade da escola e conhecer o que se passa no dia a dia nas comunidades indígenas.

O presente trabalho é voltado à Educação Intercultural e Educação Indígena e busca compreender os desafios e as perspectivas da Escola Wakōmekwa, aldeia Riozinho Kakumhu, povo Akwê. Além disso, é nosso objetivo entender o funcionamento da escola, o processo de organização, as finalidades educativas e o desenvolvimento das atividades pedagógicas da escola indígena.

O trabalho está dividido em 2 (duas) partes: na primeira, apresentamos um panorama da Educação Intercultural no Brasil, um esboço da educação intercultural e seu vínculo com os povos indígenas do Tocantins e, também, apresentamos a História do povo Xerente. Na segunda parte, destacamos os pressupostos metodológicos, resultados e discussão dos dados da pesquisa de campo, e, por fim, as considerações finais.

³ O texto do trabalho foi construído na primeira pessoa do singular e na primeira pessoa do plural. O Edimar Xerente ecoa sua voz como ser político identitário indígena na primeira pessoa do singular. A primeira pessoa do plural corresponde ao Edimar Xerente que ora se inicia à pesquisa, ao futuro professor de Teatro e ao indígena, pertencente ao povo Akwê, da aldeia Riozinho Kakumhu.

É nosso desejo que, futuramente, o resultado deste trabalho possa ajudar a escola no seu fortalecimento e no seu desenvolvimento, incentivar os alunos na continuidade de seus estudos, conscientizar a comunidade que podemos alcançar nossos objetivos e mostrar que o Povo Xerente valoriza a educação na aldeia. Queremos também mostrar o quanto a área da educação indígena é desvalorizada pelas autoridades, como é o caso da SEDUC, sobretudo, na reserva do Povo Xerente.

Educação intercultural: panorama geral

Rowahtuze Siwazarsnã: Kbuersnã Romkmãdã

Desde o início da chegada dos portugueses, os povos indígenas foram dominados e escravizados, sendo considerados incapazes. Na maioria das vezes, eram chamados de exóticos ou de índios selvagens. Os portugueses se apropriaram e tomaram os direitos dos povos indígenas e, ao mesmo tempo, foram catequizados e subjugados pelos jesuítas. Se fizermos uma viagem do passado para o presente, a realidade não mudou muito. Os povos indígenas ainda continuam a sua luta pelos seus direitos na área da educação, saúde e outros direitos que precisam ser reconhecidos pelo poder público

Agora vamos voltar um pouco ao passado para lembrar e falar de um fato histórico ocorrido no ano de 1500: o “descobrimento” do Brasil. Na verdade, não foi “descobrimento”, como se diz por aí nas histórias e nos livros. Nós, indígenas, devemos descrever como uma invasão dos portugueses às terras brasileiras que vivemos até hoje. No dia 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral, se aproximava do território brasileiro com sua frota. Dizem os historiadores que seu objetivo era chegar à Índia, mas desviou para não contornar o mar mediterrâneo e, assim, chegou a essas terras. Quando aportaram no território se depararam com vários povos indígenas, dentre eles, os do grupo linguístico Tupi, como os Tupinambás e os Tupiniquins. O que fica claro com a história é que o principal objetivo dos portugueses era subjugar, civilizar, dominar e usufruir da matéria prima, como a madeira e os minérios. Desse modo, tudo que os portugueses queriam era conquistar os indígenas, mas sempre em troca de alguma coisa. Os indígenas tinham que fazer tudo o que eles mandavam. E não foi diferente na educação, uma vez que os indígenas não entendiam o que eles falavam, e, no primeiro momento, as conversas eram à base dos gestos.

A chegada dos portugueses causou muitos conflitos para os indígenas, e, até hoje, estamos vivendo as consequências dos encontros e confrontos desse choque cultural eurocêntrico. Ao longo dessa história, os portugueses exterminaram fisicamente, socialmente, cosmologicamente os indígenas, e muitas línguas desapareceram. Mesmo assim, os povos indígenas resistiram aos sofrimentos e a outras situações, como: decretos e leis de extermínio de língua e de cultura, doenças, territórios tomados deles, missões religiosas e tantas outras ações que quase os fizeram perder os costumes, as culturas e também seus direitos.

A história dos povos indígenas vem sendo discutida por vários movimentos sociais no Brasil, e um deles é a educação intercultural que debate a educação indígena no Brasil. A história conta também que os jesuítas, que eram conhecidos como companhia de Jesus, tinham como função evangelizar e organizar a sociedade indígena em favor da política colonial de Portugal e da Igreja. No processo de colonização do Brasil, os jesuítas, sob comando do Manoel da Nóbrega e do Governador-Geral Tome de Sousa, no ano de 1549, vieram com objetivo de cristianizar todas as populações indígenas que habitavam no território brasileiro.

O primeiro objetivo da educação jesuíta era evangelizar, porque eles acreditavam que os indígenas não tinham alma e que precisavam conhecer o Deus cristão para ser salvo, mas em troca tinham que fazer tudo o que eles queriam para, em seguida, serem catequizados. Mas antes era preciso que os indígenas aprendessem a língua portuguesa, assim iriam conseguir ler o trecho da Bíblia. Desse modo, seria mais fácil o ensino da prática religiosa. A partir dessa prática religiosa, os indígenas se tornavam cristãos, fazendo com que eles seguissem as regras da igreja e se comportassem de acordo com que os portugueses acreditavam ser a forma mais civilizada, já que eles pensavam que os povos indígenas eram selvagens, sem alma, sem rei e sem lei. Por isso, precisam ser domesticados, precisavam de Deus e precisavam de um rei e de leis que os governassem.

Outras missões dos portugueses e jesuítas eram fazer com que os indígenas mudassem os hábitos, passando a viver de acordo com o modelo da sociedade europeia. Com o passar dos

tempos, a tal civilização dos jesuítas virou escravidão para os indígenas porque eles começaram a acumular riquezas e usavam a mão de obra indígena para as construções, aumentando suas posses. A partir da segunda metade do século XVIII, os jesuítas foram banidos da colônia e suas posses e riquezas passaram a pertencer à Coroa Portuguesa.

As histórias contadas nos livros didáticos são exemplos que mostram o Brasil no campo social, incluindo histórias diferentes nas quais identificamos vários povos e culturas. É bom ressaltar que as formas que os livros didáticos reportam sobre a história dos povos indígenas, eles são sempre apresentados como exóticos, selvagens, sempre essas coisas da imaginação de que índio é isso ou aquilo. A mídia também colabora para reiterar esse tipo de imagem, realçando um imaginário popular de índio selvagem, alcoólatra, preguiçoso e tudo mais de ruim.

O Brasil recentemente discutiu sobre a questão das relações culturais e linguísticas, principalmente, quando relacionados aos ciclos econômicos no processo de (pós)colonização, mas é bom lembrar de que esse debate é recente no Brasil.

Para nós, povos indígenas do Brasil, a educação é fundamental para a nossa sobrevivência. É um conjunto de ensinamentos que recebemos na escola e de nossas famílias. Sabemos que é uma ação reguladora pelo estado brasileiro, mas que podemos vincular a essa ação nossa língua, cultura e costumes, estimulando os alunos indígenas no processo de aprendizagem da educação não indígena e indígena.

Sabemos que a educação se apresenta como um projeto, uma alternativa de ampliação do diálogo entre a comunidade indígena e a sociedade não indígena. Dentre tantas barreiras e desafios, ainda resta uma esperança que é a de transformar as boas práticas das escolas indígenas em políticas públicas. Precisamos de que a educação indígena se torne visível para as autoridades e que ela possa crescer promovendo aos alunos indígenas mais acesso à educação. Acreditamos que a escola indígena possa se inserir dentro dos projetos políticos pedagógicos também das universidades.

A educação indígena tem crescido muito nos últimos anos, isso porque os povos indígenas tiveram união para conseguir políticas públicas voltadas aos indígenas no sentido de reivindicar seus direitos, como: saúde, moradia, demarcações de terras e melhoria na educação. Queremos que os alunos indígenas possam sair das escolas indígenas preparados para o mundo dos não indígenas, para estudar, trabalhar e conviver com eles com os mesmos direitos, sem diminuir uns aos outros, porque entendemos que somos todos iguais.

O que a educação intercultural tem de relação com os povos indígenas do Tocantins?

Mãe na brza rowahtuze siwazarsnã tônme Akwê na wawamtre mba kãtô wazakrui mba wawaihak?

O sistema de educação indígena no Tocantins é de regime de colaboração, de participação e de autonomia com os povos indígenas. A educação, na perspectiva intercultural, tem trazido recursos e infraestrutura para a educação entre os povos indígenas do Tocantins, abrindo caminhos para a diversidade, união e cultura, por meio de entidades, empresas, escolas, universidades, conferências, eventos culturais e esportivos. A educação é o campo mais discutido e mais valorizado pelos povos indígenas, porque sabemos que, com a mudança nos sistemas de ensino (municipal, estadual e federal) e com avanços da tecnologia, os povos indígenas precisam preservar suas práticas para não perder mais direitos do que os já perderam. É bom lembrar de que aprender a falar em português não tem sido uma tarefa fácil, e entendemos o quanto é importante para nós dominarmos a língua portuguesa quando saímos da aldeia e vamos para a cidade.

No caso da educação intercultural, uma vez tive o prazer de participar de uma conferência, a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II CONEEI). Nessa conferência foi discutida a educação escolar indígena no Brasil e no Tocantins, dentre os assuntos, o sistema nacional de educação, territórios, etnoeducacionais.

A I CONEEI aconteceu em novembro de 2009, em Luziânia (GO), vinte e um anos após a promulgação da Constituição. O Ministério da Educação (MEC) realizou a I CONEEI, evento organizado em três etapas. A primeira foi Comunidades Educativas, a segunda foi a regional e a

terceira, a nacional. Esta última contou com 50 mil educadores, indígenas e não indígenas. Essa conferência foi uma conquista importante do movimento indígena no contexto da sociedade brasileira, configurando-se um marco histórico. Foi a primeira vez que o Estado brasileiro assumiu a posição de considerar os povos indígenas como sujeitos protagonistas das decisões políticas que incidem na condução de seus sistemas educativos. A Conferência consistiu em um termômetro que mediu as condições de existência da educação escolar oferecida aos povos indígenas ou praticada por eles em todas as regiões do Brasil. Esse evento revelou também a necessidade de se pensar nos novos rumos frente às demandas colocadas pela contemporaneidade e pelas conquistas já obtidas. Dentre os pontos inseridos no Documento Final, a proposição da criação de um Sistema Próprio de Educação escolar Indígena ganhou maior destaque. Essa proposta foi defendida em todas as Conferências Regionais, e ao ser efetivada, garantiria as condições para validar as práticas específicas e diferenciadas das escolas indígenas.

Eu participei também da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II CONEEI), realizada em dezembro de 2016, na Aldeia Riozinho Kakumhu na Escola Indígena Wakōmekwa. Teve como tema principal o Sistema Nacional de Educação e Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos Povos Indígenas. O objetivo dessa conferência foi avaliar os avanços, os impasses e os desafios da Educação Escolar Indígena, tendo como referência a I CONEEI. Outros objetivos foram apontados: construir propostas para a consolidação da Política Nacional de Educação Escolar Indígena, reafirmar o direito a uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e bilíngue/multilíngue, ampliar o diálogo para a construção de regime de colaboração específica para Educação Escolar Indígena, fortalecendo o protagonismo indígena.

Os eixos temáticos da II CONEEI foram os seguintes: Organização e Gestão da Educação Escolar Indígena, Práticas Pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar indígena, Formação e Valorização dos Professores Indígenas, Políticas de Atendimento à Educação Escolar Indígena na Educação básica, Ensino Superior e Povos Indígenas.

A II CONEEI foi um espaço de discussão e proposição que fortaleceu e uniu os povos indígenas, realizando as etapas e convocando todas as comunidades educativas e regiões a participarem dos debates e reuniões. As concretizações da II CONEEI são frutos das decisões da I CONEEI, bem como de articulações realizadas pelo movimento indígena, pela comissão organizadora e demais fóruns de lideranças e de professores indígenas e não indígenas.

Voltando ao assunto da educação intercultural, muito debatido nas conferências, os povos indígenas, sociedade civil e as demais instituições públicas puderam discutir amplamente as condições de oferta da educação intercultural indígena, buscando o aperfeiçoamento das bases de políticas e de gestão de programas e ações para o tratamento qualificado e efetivo da sociodiversidade.

Só lembrando que a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil foi em 1988. Ela trouxe expectativas positivas e sentimentos de esperança para os povos indígenas do Brasil. É o que podemos notar no Art. 231. "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens⁴". Portanto, a CF assegurou artigos importantes, históricos e inovadores no tocante ao reconhecimento dos direitos indígenas aos territórios, à capacidade civil, à organização social, às culturas, às línguas e aos processos próprios de educação, assim a constituição legitimou novos paradigmas para as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas, pautados no reconhecimento, valorização e manutenção da sociodiversidade indígena.

Entre outros tantos assuntos, essa conferência me deu uma visão diferente, de pensar e de perceber que, desde o início, os povos indígenas, para a maioria das pessoas, foram tratados como pessoas invisíveis. Mas para os que estão sempre ajudando na causa, é muito importante que os povos indígenas tenham seus direitos assegurados.

Os sistemas de ensino ainda não se apropriaram dos princípios e diretrizes para garantir os direitos dos povos indígenas, tal avaliação pode ser ilustrada a partir dos déficits de infraestrutura, como aponta os dados do Censo Escolar de 2015: 905 escolas indígenas (29,3% do total) apresentam

4 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 mar 2017.

instalações, equipamentos e mobiliário inadequados, submetendo crianças e jovens indígenas a estudarem em condições extremamente precárias e indignas. Eu me lembro de que a maioria das escolas indígenas funcionava em casas de palhas e usavam água de rios e de fontes.

No âmbito dos problemas persistentes nas escolas indígenas, encontramos os relacionados à infraestrutura, ao transporte e à comunicação, à não implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena, à insuficiência de material didático adequado, às contratações precárias de professores e professoras indígenas, ao formato ou modelo de gestão escolar que não atende à organização própria dos povos, à desvalorização dos saberes e das línguas indígenas. Outro elemento importante a ser relatado é um currículo apresentado de uma ótica colonizadora e, por fim, à não garantia de conhecimentos socioculturais na formação dos docentes indígenas:

A Educação Escolar Indígena pode ser encaixada em dois paradigmas. Até muito recentemente - até o fim da década de 70 - O paradigma predominante foi aquele denominado *Paradigma Assimilacionista*. Nesse paradigma, o que se pretende é em última instância, educar índio para que ele deixe de ser índio: o objetivo do trabalho pedagógico é fazê-lo abdicar de sua língua, de suas crenças e de seus padrões culturais e incorporar, assimilar os valores e comportamentos, inclusive linguística, da sociedade nacional. Inicialmente, tentou-se atingir tal objetivo através das orientações fornecido pelo *Modelo Assimilacionista de Submissão* (MAHER, 2006, p.19-20).

São tantas as mudanças que adentram as escolas indígenas, mas que, na maioria das vezes, não ajudam no crescimento e no desenvolvimento da educação escolar indígena porque são sistemas que, infelizmente, ainda colonizam sem consultar os educadores indígenas ou a direção da escola.

A educação é muito recente para os povos indígenas, e por que é recente? Estamos falando de mais de cinco séculos, isso quer dizer que só agora no ano de 2000 é que o estado se preocupou com a educação indígena, 500 anos depois, porque antes é como se o índio não precisasse de educação. Então há um distanciamento muito grande dessa contextualização. É só a partir da Constituição de 1988 que o Estado passa a olhar para a educação indígena. Depois de muitos anos, praticamente, o governo e outras entidades, que estão no poder, demoraram muito para atender as escolas indígenas e também entender as diferenças.

O Ministério da Educação também conta com o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas, o Prolind⁵, que é destinado a apoiar a realização de cursos específicos para a formação de professores indígenas, com respeito ao ensino da língua materna e gestão e sustentabilidade das terras e culturas indígenas. Um dos principais objetivos é fazer com que toda a educação básica seja ampliada nas próprias aldeias, evitando que essas populações necessitem sair de suas comunidades para estudar.

O Prolind já formou 1.961 professores, com iniciativas das secretarias SECAD e SESU⁶. O processo de criação desse programa envolveu diversas ações que envolveram os indígenas na reivindicação, junto ao MEC, para a criação de uma comissão, composta por organizações governamentais e não governamentais, para discutir a formação indígena. Os cursos, ofertados pelo Prolind, são divididos em aulas (Tempo Universidade) e atividades de formação nos territórios indígenas (Tempo Comunidade).

História do povo Xerente: quem são e onde estão?

Akwê wasku re hã kãtô romkmãdã sikhã krãinistu re hã: nõkwam nõrip tô tahã kãtô nmãzip tep knõmr?

O povo Akwê Xerente ocupava a Região Norte entre os Rios Tocantins, Araguaia e Rio do

⁵ Informações sobre o programa Prolind estão disponíveis em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32610>>. Acesso em: 17 fev 2017.

⁶ Mais informações em: <<https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/prolind-2/>>. Acesso em: 04 mar 2017.

Sono, desde o sul de Goiás até o Maranhão. Os Xerente são conhecidos como povo caminhante que migraram do Norte para Região Norte do Tocantins e estão em contato permanente por mais de 200 anos com os não indígenas. Eles se autodenomina Akwê, que significa (indivíduo, gente importante).



Fonte e Imagem: <http://www.palmas.org/indians/tocmapindiossm.gif>

O primeiro contato dos Xerente com a sociedade envolvente foi bem antes de 1720, com a chegada das bandeiras, que os aprisionaram para o trabalho forçado. Entre 1725 a 1775, o povo Akwê Xerente foi levado preso para um aldeamento em São José do Duro, atual Dianópolis, onde ocorreu a missão dirigida pelos Padres jesuítas, que eram apoiados pelo Governo da Província de Goiás, polícia e exército. Nesse lugar, foi uma verdadeira escravidão para os indígenas, eles não tinham liberdade e foram forçados a trabalhar no que não estavam acostumados, sem o convívio dos indígenas. Naquela época, não era só os Xerente que estavam na escravidão, tinha outros povos indígenas, como: os Karajá e os Kaiapó.

Os Xavantes e os Xakriabá são povos do grupo do Xerente, família Timbira, que também faziam parte do aldeamento. Todos eram obrigados a aprender a língua portuguesa e foram proibidos de falar a língua indígena. Há relatos de que houve até caso de morte porque os indígenas não aprendiam a língua portuguesa. O povo Akwê Xerente, mesmo diante dos conflitos, teve o cuidado de esconder a cultura, os cânticos, as danças, as pinturas, os mitos, os quais preservam até hoje, mas alguns dos povos não conseguiram seguir o mesmo caminho, como o povo Xakriabá

que hoje está buscando revitalizar as suas raízes. Eles se localizam em Minas Gerais, e alguns deles vieram aprender a língua Akwê Xerente para, mais no futuro, resgatar a sua língua, cultura e religião novamente.

Conta a história que, por volta de 1820, os Xerente se separaram dos Xavantes, pertencentes ao mesmo grupo e com semelhanças culturais e linguísticas. Há registro de que eram mais de 4.000 (quatro mil) povos. Os mais velhos contam que a separação ocorreu durante uma travessia pelo Rio Tocantins e depois o Rio Araguaia, parte do grupo atravessou e seguiu a sua viagem para Rios das Mortes (Mato Grosso), que são os Xavante, e os que ficaram, passaram a ser chamados de Xerente.

Os Xerente andaram sempre em busca de caça, pesca e terra para plantar. Os mais velhos contam que as aldeias Xerente se localizavam onde hoje estão localizadas as cidades de Dianópolis, Porto Nacional, a atual capital Palmas e do outro lado do Tocantins, como: Miranorte, Rio dos Bois, Morro Perdido, e ambos os lados do Rio do Sono, Pedro Afonso, Rio Negro, além do Rio Piabanha, atual cidade de Tocantínia. Em 1851, foram aldeados à margem direita do Rio Tocantins pelo Franciscano Frei Antônio Ganges na antiga Piabanha, hoje, a cidade de Tocantínia.

Na década de 1940, chegou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que instalou dois postos Xerente, um na Aldeia Rio Sono Ktekakã, e o outro na Aldeia Porteira Nrōzawi. O SPI dava assistência ao Povo Xerente e alguns “brancos”, principalmente os antropólogos e arqueólogos, entravam na aldeia para fazer pesquisas e localizar aldeias antigas. Eles denunciavam as péssimas condições de vida nas aldeias Xerente, que por muito tempo enfrentaram as lutas para se defenderem e também defenderem suas terras contra as invasões dos fazendeiros e dos posseiros.

Pressionados pelos não indígenas, o Povo Xerente não tinha tranquilidade, eles eram pressionados por causa de sua terra. Apesar de habitar em um grande território, os Xerente sempre trabalharam na terra, e a principal fonte de alimento continua sendo a roça, onde cultivam: milho, arroz, mandioca, batata doce e abóbora. No entanto, eles têm tido problemas com a colheita porque os gados dos fazendeiros entram e acabam com a maior parte da plantação. Eles construíam cercas para impedir a entrada dos animais, mas sem resultado, os gados eram abatidos pelos Xerente que aumentava ainda mais o conflito entre os fazendeiros. Os Xerente não eram respeitados, eles eram ameaçados pelos não indígenas quando iam pescar ou caçar e viviam sem paz, mas sempre à procura de um lugar tranquilo.

Os anos foram se passando e o SPI foi extinto, daí foi instituído a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), segundo a norma do governo para controlar as aldeias. A terra do Povo Xerente, localizada entre Rio Tocantins e Rio do Sono, foi, finalmente, demarcada após muita luta e muitos conflitos. A demarcação ocorreu no dia 14 de setembro de 1972, medindo em 167.542 hectares, e a homologação se deu em 09 de outubro de 1984. Mas nem tudo foi conquistado naquela época porque ainda faltava uma demarcação que é a Funil Sakrêpra, onde está guardada a maior parte da história do Povo Xerente. E essa luta é antiga entre o Povo Xerente e os não indígenas.

Os líderes do Povo Xerente foram até à FUNAI, mas não eram atendidos, então resolveram buscar uma nova solução para reivindicar seus direitos por terras indo a Brasília, já que a FUNAI queria que eles saíssem da terra já demarcada. Mas o povo não desistiu e continuou lutando, permanecendo na sua terra, resistindo até conquistar a reserva do Funil, que foi demarcada em 29 de outubro de 1991. A reserva fica ao sul de Tocantínia, aproximadamente, 16 mil hectares que se limita à altura do Ribeirão Maracujá com a Grande Área Indígena Xerente. A conquista dessa terra foi dos líderes que hoje não estão mais entre os povos, mas que vão permanecer na história do Povo Xerente, conhecido como guerreiros e lutadores pelo seu povo, direitos e pelas suas terras.

Depois que a nossa terra foi demarcada, o nosso povo passou a viver com mais tranquilidade. Não temos mais tantas preocupações com as invasões, os nossos filhos e nós mesmos podemos agora andar mais à vontade nas matas para caçar e pescar. As nossas mais de 50 aldeias estão espalhadas por toda a área. As comunidades se estabelecem entre o cerrado, rios, córregos, florestas, campos e serras. Como a nossa população cresceu rapidamente a terra até ficou pequena em vista do futuro (THÉKLA, 2012,p.14).

Os Xerente são do tronco linguístico Jê, que buscaram, ao longo dos encontros e desencontros, preservar a sua língua e a sua cultura. Os mais velhos contam e relembram dos momentos difíceis que viveram no passado, como a luta pelas demarcações, a conquista de suas terras, as aldeias construídas, e, por exemplo, onde eles já moraram. Isso tudo foi conquistado, mas ainda o povo continua lutando sem cansar pelo bem do seu povo no futuro, ou seja, é uma luta incansável por direitos.

A principal herança do povo Xerente é a celebração da língua que os mantém unidos na sua existência cultural. Embora tenha passado por modificações, a língua os identifica em sua sabedoria de séculos, que vem sendo passado para os mais jovens oralmente.

A maior celebração do povo Xerente é a grande festa, chamada de dasipê. Ela geralmente acontece no verão, tempo de seca. Sua realização dura vários dias com a participação da maioria das aldeias. Os anciãos se reúnem para escolher a data, o local e o ritual a ser seguido durante a festa. Na festa, vemos também a arte Xerente, o famoso artesanato que é rico e diversificado de buritis, como o traçado de buriti que transforma a palha com desenho simétrico que dá a forma ao utensílio doméstico, e acessórios como: chapéus, abanadores, redes, cofos, tipoia e esteiras, e o capim dourado, como bolsas, pulseiras, brincos e colar, e outros, como: borduna, lança, cassetete feitos com pau Brasil, arco e flecha feito com pau de arco e coca.



Fonte: Revista de Ecoturismo- Revista Mundo Eco.
Galeria-Roteiro dos Akwê/Tocantins.

É no dasipê que nos identificamos com a pintura, que é nosso registro, nossa identidade, que é sempre o nosso valor, que significa respeito e admiração entre o povo Xerente e, também, diante de outros povos. Durante a festa, os anciãos dão várias funções aos que estão se preparando, como os mensageiros que são escolhidos desde criança, que são de clãs diferentes. Os escolhidos têm de organizar e preparar atividades importantes da festa. Eles têm que estar ativos a toda hora para dar suporte para pessoas que precisam de ajuda. Existe um outro conselheiro da paz que tem como função discursar, ensinar, dar conselhos e transmitir sabedoria para os jovens, contribuindo para que todos possam viver com mais harmonia. E, por fim, acontece o ritual.

Vale ressaltar que os Xerente revivem os antepassados rituais que resistiram à modernidade, entre as celebrações a mais esperada é a dar nomes às crianças, a primeira e a nomeação das meninas dentro da aldeia. Para os nomes existem cânticos específicos e danças com imitações de cada significado. E assim, acontece o ritual, todos cantando, batendo bastão no chão e percorrendo as aldeias para que os outros conheçam o nome das crianças batizadas na cultura.

A festa continua com a corrida de tora dos homens e das mulheres, com muito cuidado, para que ninguém saia machucado durante o dia, porque a noite a festa acontece com cantos e danças

ao som do maracá. E, ao longo da festa cultural, o momento esperado por todos é o tamanduá bandeira, onde são escolhidos pelos anciãos os dois homens de clãs diferentes para imitar. O momento é de brincadeira e de descontração entre o povo, principalmente, as crianças que se divertem muito. Já no final da brincadeira, acontece a troca de comida, cada um leva seu prato para compartilhar com a família. A noite termina com cantos e dança do maracá. No outro dia, pela manhã, para finalizar o evento, acontece a corrida de tora grande dos homens. E assim termina a festa que se realizará, novamente, no ano seguinte.

Pesquisa etnográfica

Romkmãdã wat kburõire

Esta pesquisa etnográfica é de muita importância por ser realizada na Escola Wakõmekwa, na qual tive uma visão ampla sobre a escola. A pesquisa foi feita por meio do diário de campo e das entrevistas com a colaboração dos professores e da direção. Deste material, recolhemos os dados que nos auxiliou no trabalho de descrição e análise de dados.

A escola está em atividade desde 2002. Foi lá que tive meu aprendizado e conhecimentos obtidos. Convivi nesta escola por muitos anos, pois como ela está localizada na minha aldeia, conheço um pouco da realidade que se passa dentro dela. Mas não posso dizer que conheço todas elas, porque depois que saí para cidade, fiquei um pouco distante. Mas sempre tive preocupações, foi por isso que escolhi a escola da minha aldeia para minha pesquisa de campo. Como estou distante, a melhor forma de entender a escola foi dialogar com os professores e com a direção, não apenas como pertencente ao lugar, mas como professor pesquisador da UFT, do Curso de Teatro, e futuro professor de Teatro. Os professores relataram nas entrevistas a situação da escola, as dificuldades que os alunos passam para ter uma educação de melhor qualidade. Eles me descreveram a falta de material para trabalhar, como: livros didáticos, lápis, canetas entre outras situações. Para chegarmos ao principal objetivo do nosso trabalho, foi importante redescobrir minha aldeia e minha comunidade, reviver minha cultura, conversar com os alunos, os professores e a direção.

O maior desafio foi descrever as dificuldades vivenciadas pelos professores e alunos. Durante meu trabalho de campo, muitas vezes, fui pessoalmente sentar com a direção da escola. Durante a conversa, eles relataram que a escola recebeu melhorias neste ano de 2017, que são considerados os pontos positivos: mais contratação de professores e mudança na direção da escola. Mas também me falaram sobre as dificuldades, como por exemplo, a de construir o PPP da escola. Devido a alguns problemas, o PPP não foi atualizado ainda. Um outro problema sério é o transporte coletivo. São dois coletivos, mas somente um está rodando. O outro está sob a responsabilidade da SEDUC de Miracema, que não o autorizou no momento.

Instrumentos metodológicos: diário de campo e entrevista

Kãnme tô rokmãda wat kburõire hã: wasisbakhã re Kato hêsuka wa it kuire re hã

Utilizamos um roteiro de pesquisa com um questionário com 18 perguntas, direcionado à escola e aos professores. Entrevistamos quatro (4) professores, uma (1) professora e o diretor da escola, totalizando seis (6). As entrevistas foram feitas em uma sala com cada um separadamente, com duração de cerca de 20 a 30 minutos.

Agora vamos para as entrevistas:

- O primeiro entrevistado é um professor de 29 anos, que trabalha há sete (7) anos, com formação de ensino médio completo e curso de magistério indígena.
- O segundo entrevistado é um professor de 31 anos, que trabalha há sete (7) anos, com formação de ensino médio completo e curso de Magistério Indígena, Formação Continuada e Meio Ambiente.
- O terceiro entrevistado é o diretor da escola de 33 anos, que era professor e agora, no ano de 2017, ocupou cargo de diretor. Ele trabalha há quatro (4) meses, com formação de ensino médio completo e curso de Magistério Indígena e Formação Continuada.
- O quarto entrevistado é um professor de 40 anos, que trabalha há quinze (15) anos,

com formação de ensino médio incompleto, mas com curso de magistério indígena.

- O quinto entrevistado é um professor de 33 anos, que trabalha há nove (9) anos, com formação de ensino médio completo e curso de magistério indígena.
- A sexta entrevistada é uma professora de 27 anos, recente na escola com apenas quatro meses de trabalho, com formação de ensino médio completo e curso de informática.

As entrevistas foram bem produtivas. Os professores registram que buscam desenvolver a cultura do Povo Xerente dentro da sala de aula, colocando na prática o ensino, a língua, a cultura e a história. Ao longo das entrevistas, todos relataram que a escola é pouco valorizada, que falta estrutura física, pois a escola deveria ter mais melhorias para acolher melhor a todos.

Resultados e discussão: perspectivas e desafios na educação intercultural

Wat sāmri kãto wat kburõimnõ: Romkmãdã wasissõ wamhã kãtõ Romkmãdã Kmãwahemba Rowahtuze Siwazarsnãm wa

Aqui mostramos os resultados alcançados durante a pesquisa na Escola Wakõmekwa. A partir das entrevistas feitas, temos uma dimensão de como a escola funciona. A pesquisa foi muito importante porque nos mostra a importância da educação indígena, os esforços que os professores mostram para levar os alunos a uma educação melhor, bem como os esforços dos alunos em aprender, mesmo com pouca estrutura, a vivência do dia a dia na escola, a relação entre a escola e a comunidade, professor e aluno.

A realidade da escola é bem diferente, pois ela está em constante mudança, cresce a cada ano. Mesmo no tempo de crise, a comunidade participa do crescimento da escola, e os alunos contribuem na valorização da escola e dos professores. Os professores e a direção acreditam na capacidade de evolução de todos. A comunidade e os professores sentem a necessidade de manterem os alunos dentro da escola a fim de participarem mais na sala de aula, adquirirem conhecimentos e incentivarem a terminar os estudos. A preocupação da comunidade é com o futuro da escola e dos alunos. Segundo os professores, os anos passam e a escola não é bem atendida pelo órgão responsável, a SEDUC, e o plano de trabalho sofre mudanças complicando os professores.

Os desafios enfrentados pelos professores e por toda a escola é a falta de espaço, de material, de livros didáticos, de capacitação aos professores e de estrutura na escola. Muitas das vezes, a merenda acaba antes do esperado. Esses são alguns dos desafios enfrentados pela escola, que precisam ser discutidos, melhorados, ajustados, pois a escola precisa de atenção da SEDUC. Identificamos que em nenhuma das salas há ventiladores, as salas são quentes e sem muita ventilação. Acrescentaram também que muitos falam que as escolas nas reservas indígenas têm educação diferenciada só porque falam duas línguas, mas pouco percebem a realidade da escola indígena.

E, por fim, eles disseram que procuram, no cotidiano de sua prática pedagógica e calendário escolar, inserir atividades relacionadas à cultura akwe porque acreditam ser importante trabalhar com os alunos desde cedo. Mas ressaltaram que o calendário é elaborado na Secretaria da Educação SEDUC para todas as escolas, e que não está de acordo com as festas da cultura Xerente.

Escola wakõmekwa: histórico e dados sócio-culturais, físicos e demográficos

Rowahtuzem wakõmekwa: kãnme to isim rom wasku re hã tã kburẽ tẽ pko psẽ mnõsnã

A Escola Indígena Wakõmekwa está localizada na Aldeia Riozinho Kakumhu, Reserva Xerente, área rural, no município de Tocantínia, que fica cerca de 70 km de distância, que dá acesso à cidade de Rio Sono e Aparecida do Rio Negro, ao centro norte na Rodovia Estadual TO 342, no Estado do Tocantins.

Ela foi criada em 2002 pelo cacique Domingos Krate Calixto Xerente, junto com sua família e suas comunidades que vieram da Aldeia Rio Sono Ktekakã. Ela foi construída inicialmente de palha

e barro. Em 2007, ganhou ampliação com construção de telha e de tijolos, sendo uma sala, dois banheiros, uma cozinha e uma sala para depósito de merenda. Em 2009, foi nucleada e ganhou a construção de duas salas, uma cozinha, uma sala para direção. Essa ampliação é para atender alunos das aldeias vizinhas que frequentam a escola. A iniciativa de nucleação funciona de forma positiva, já que as comunidades estão unidas sem nenhuma superioridade, caminhando juntas com o mesmo pensamento para a melhoria dos alunos e comunidades das aldeias.

A Escola Wakōmekwa visa formar futuros alunos com bom desenvolvimento, na qual a comunidade e alunos, juntamente com os professores, possam ter conhecimentos e experiências significativas na educação e na qualidade de vida.



Fonte e Imagem: Edimar Xerente.
Aldeia Riozinho Kakumhu. Escola Wakōmekwa.

O atual quadro funcionários conta com 18 funcionários, com Ensino Fundamental, Médio e EJA. No total são 8 professores, 3 vigias, 2 serviços gerais, 2 merendeiras, 1 secretário, 1 coordenador e 1 diretor da escola. São esses servidores que buscam desenvolver as atividades didático-pedagógicas na escola e oferecem as modalidades de ensino do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 1º ao 3º ano do Ensino Médio e de 6º ao 9º ano do Ensino de Jovens e Adultos - EJA. Essa estrutura atende os alunos distribuídos entre os três turnos que são matutino, vespertino e noturno.

A instituição procura propiciar um ambiente escolar saudável no ensino e na aprendizagem dos alunos e dos servidores, além de se preocupar com a higiene, a limpeza e a conservação do patrimônio escolar, incentivando a participação de todos os servidores na formação continuada. Além do mais, a escola visa ao desenvolvimento de competências dos seus professores, funcionários e alunos, dentro e fora da escola, incluindo a comunidade nesse ambiente.

A Escola Wakōmekwa busca realizar reuniões periódicas de planejamento coletivo com intuito de minimizar problemas que vão surgindo no decorrer do processo educativo. E a partir disso, busca novas possibilidades do corpo docente atuar na escola respeitando os costumes, as festas, as tradições, os momentos culturais e a vida cotidiana da comunidade. O anseio da escola é que o aluno indígena possa concorrer com não indígena no mercado de trabalho e no acesso a cursos superiores em instituições oficiais de ensino.

A Escola Wakōmekwa é uma instituição que se apoia nos valores da preservação do respeito, da cidadania, da parceria, da ação coletiva, assim ela tem sido um modelo para outras escolas da reserva Xerente.

A seguir, dados do quadro de alunos, professores e servidores da escola:

Tabela 1 - Dados de alunos matriculados e que estão frequentando e de professores que estão ministrando aulas.

Total de alunos	Total de professores
105	08

Tabela 2 - Séries Iniciais

Série	Número de alunos matriculados	Número de alunos que estão frequentando	Nome do (a) professor(a)
1° e 2° ano	1°ano=7 e 2°ano=5	1°ano=7 e 2°ano=4	Marilene Waktadi
3° ano	9	9	Gilberto Srêsdazuite

Tabela 3 - Ensino Regular

Série	Número de alunos matriculados	Número de alunos que estão frequentando	Nome do professor
4° ano e 5° ano	4°ano=12 e 5°ano=4	4°ano=12 e 5°ano=4	Marcelino Kasuwamri de Souza
6° ano e 7° ano	6°ano=4 e 7°ano=9	6°ano=3 e 7°ano=7	Valdirei Sirnãwe, Pedro Smisuite, Noel Dapibu, Edivan Sikrbowe e Eivaldo Chaves.
8° ano e 9° ano	8°ano=8 e 9°ano=2	8°ano=7 e 9°ano=2	Valdirei Sirnãwe, Pedro Smisuite, Noel Dapibu, Edivan Sikrbowe e Eivaldo Chaves.

Tabela 4 - Ensino Médio - Multisseriados

Série	Número de alunos matriculados	Número de alunos que estão frequentando	Nome do (a) professor(a)
1°, 2° e 3° ano	1°ano=6, 2°ano=7 e 3°ano=4	1°ano=5, 2°ano e 3°ano=6	Valdirei Sirnãwe, Pedro Smisuite, Noel Dapibu, Edivan Sikrbowe e Eivaldo Chaves.

Tabela 5 - Ensino de Jovens e Adultos – EJA

Série	Número de alunos matriculados	Número de alunos que estão frequentando	Nome do (a) professor (a)
6°, 7°, 8° e 9° ano	6°ano=18, 7°ano=1, 8°ano=3 e 9°ano=5	6°ano=2, 7°ano=0, 8°ano=2 e 9°ano=4	Valdirei Sirnãwe, Pedro Smisuite, Noel Dapibu, Edivan Sikrbowe e Eivaldo Chaves.

Atualmente a Escola Indígena Wakōmekwa possui prédio construído de alvenaria, com as seguintes dependências:

Tabela 1 – Estrutura física da escola

Nº de ordem	Descrição da dependência	Quantidade
01	Área de circulação	02
02	Biblioteca	00
03	Cozinha	01
04	Depósito da merenda	00

05	Depósito de material de limpeza e outros	00
06	Laboratório de informática	00
07	Sala administrativa	02
08	Sala de aula	03
09	Sala de recursos multifuncional	00
10	Sanitários	04
11	Telesala	00
12	Quadra de esportes	00
13	Pátio coberto (àrea do saguão)	02
14	Sala dos professores	14
15	Sala de reunião	00
16	Refeitório	00
17	Auditório	00
18	Sala de copiadora para impressão	00
19	Sala de cinema	00
20	Salas de laboratórios, almoxarifado.	00

Considerações finais

Romwasku re hã isisdu

Os desafios enfrentados pela escola e pelos professores foram descritos e analisados a partir das entrevistas com os professores. Esse trabalho foi resultado das anotações do diário de campo e das visitas à escola. O maior desafio, segundo os professores, é a falta de atenção da SEDUC ou dos órgãos responsáveis pela educação indígena para melhorar o atendimento e o funcionamento da escola. Como vimos, a estrutura física da escola ainda deixa a desejar, são apenas três salas, e os professores sentem falta de ter mais salas para trabalharem.

Na fala dos professores, a SEDUC deveria oferecer mais cursos de formação para eles, para que pudessem se sentir mais bem à vontade com os alunos, dentro e fora da sala de aula. Percebi que eles são esforçados, mesmo com livros didáticos de escolas urbanas e não indígena, já que esses livros não são adequados à educação dentro da aldeia. Falta, ainda, material didático na língua Akwê.

As perspectivas a partir das visitas e da visão dos professores são de melhorias para a comunidade, para a escola e para os alunos. A cada ano que passa, todos correm atrás de melhorias para transformar a escola em uma instituição melhor para educação indígena, dentro da reserva Xerente. Muitas vezes, a escola tem momentos de altos e baixos, mas a comunidade, junto com a escola, sempre tem uma solução para resolver os problemas.

Segundo os professores, na perspectiva de atender aos alunos, eles procuram reconhecer e inserir em suas aulas as pinturas e os cânticos em Xerente, como uma forma de valorizar a cultura local, já que a língua materna já está em prática e presente dentro e fora de sala de aula.

Eu, como aluno, pesquisador e indígena, aprendi muito ao longo dessa pesquisa. Este estudo me deu outra esperança na conquista e no desenvolvimento da escola Wakōmekwa. Eu penso em contribuir e ajudar muito a minha comunidade na educação e na transformação da escola e dos alunos. Fico muito grato à Universidade por me conceder conhecimento e grandes experiências, como também pelos projetos conquistados.

Referências

Rêsuka

ÂNGELO. Francisco Novantino P. A educação e a diversidade cultural. In: **Cadernos de Educação Indígena** – 3. Grau Indígena. N. 01. Vol.01. Barra do Bugres: Unemat, págs.34-40, 2002.

II CONEEI- **Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**, (2016, p 8) Comissão Organizadora Nacional.- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), [2016]...p.il.

MAHER, T. M. A Formação de Professores Indígenas: repensando trajetória. In: GRUPIONI, L. D. B. **Formação de Professores Indígenas**: uma discussão introdutória. SECAD/MEC: Brasília, 2006.

SANTOS, G. L. B. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Situação escolar indígena no Brasil. SECAD/MEC/UNESCO: Brasília 2006.19-20.

THÊKLA, S. W. – **Povo Akwê Xerente**. Vida, Cultura e Identidade. Editora Rona: Belo Horizonte, 2012.

Recebido em 18 de junho de 2017.

Aceito em 27 de setembro de 2017.